

Editorial: Perspectivas decoloniais e equidade racial no campo avaliativo*

Editorial: Decolonial perspectives and racial equity in the evaluation field

Rayane Stephanie Gomes de Freitas^{1*} 

¹Pacto Organizações Regenerativas, São Paulo, SP, Brasil

COMO CITAR: Freitas, Rayane Stephanie Gomes de. (2026). Editorial: perspectivas decoloniais e equidade racial no campo avaliativo. *Revista Brasileira de Avaliação*, 15(2 spe), e152026. <https://doi.org/10.4322/rbaval.202600622026>

Escrevo este editorial inspirada no provérbio yorùbá que diz que Èsù matou um pássaro ontem com a pedra que só lançou hoje. Olhar para o campo da avaliação a partir de um tempo não linear é reconhecer que aquilo que hoje nos inquieta tem raízes profundas, e que os movimentos que fazemos no presente podem reverberar em futuros ainda em construção. É nessa encruzilhada de tempos, experiências e saberes que este número especial sobre equidade étnico-racial e decolonialidade da Revista Brasileira de Avaliação (RBMA) se inscreve.

Historicamente, o campo da avaliação tem sido estruturado por referenciais teóricos, metodológicos e epistemológicos ancorados, em sua maioria, em produções do Norte global, elaborados a partir de lentes ‘universais’. Contudo, ao considerarmos o contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades sociais, raciais, territoriais e de gênero, torna-se evidente que tais referenciais são insuficientes para dar conta da complexidade das realidades que buscamos compreender.

No Brasil, as avaliações se deparam com um verdadeiro entrelaçamento de experiências e marcadores sociais que não podem ser tratados como dimensões periféricas. Raça, território, gênero, espiritualidade, condições de vida, trabalho, educação e formas de organização comunitária atravessam os processos avaliativos em seu cerne. Ainda assim, o campo avaliativo segue pouco permeado por epistemes plurais, apoiando-se de modo recorrente em referenciais hegemônicos e em uma tradição teórica que não emerge das realidades que pretende analisar.

Diante das características continentais do país e da densidade das interseccionalidades que conformam a vida social brasileira, nos cabe constatar, que essa costura não é simples. Ela exige o alargamento do nosso modo de ver e de apreender a profundidade das relações entre os sujeitos que vivem, produzem, avaliam e são avaliados no Brasil. Ignorar essa complexidade é produzir análises parciais ou distorcidas.

A insuficiência da compreensão sobre as relações raciais e de poder no campo avaliativo tem produzido consequências que se manifestam de diferentes formas. São avaliações que geram medo em seus participantes, processos que culpabilizam sujeitos e territórios, análises que desconsideram marcadores raciais e territoriais, e práticas que não reconhecem, ou subalternizam saberes negros, indígenas, quilombolas e comunitários. Trata-se, muitas vezes, de avaliações que operam sem recorte racial, de gênero e de território, tornando-se omissas frente às realidades específicas desses grupos e, por isso, produzem resultados parciais, quando não incorretos (Freitas & Silva, 2024).

* Para maiores esclarecimentos, consultar Sampaio et al. (2024).

Rayane Stephanie Gomes de Freitas, preta, pós-doutoranda em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, associada da PACTO Organizações Regenerativas.

Recebido: Junho 08, 2026

Aceito: Junho 12, 2026

Editora convidada para o número especial: Rayane Stephanie Gomes de Freitas.

Editora-chefe: Ana Maria Carneiro.

***Autor correspondente:**

Rayane Stephanie Gomes de Freitas

E-mail: rayane@pacto.site

Instituição Parceira:

Parceiros do número especial

A RBAVAL apoia práticas editoriais comprometidas com a diversidade, a equidade e a inclusão na produção científica. Nesse sentido, solicita aos/às autores/as autodeclaração de cor/etnia e outros marcadores sociais relevantes para sua trajetória e representatividade. Nosso objetivo é tornar visível a pluralidade de experiências presentes nos artigos publicados. A publicação destes dados não é obrigatória, sendo divulgados de forma agregada anualmente.





Ainda, é comum que determinados grupos sejam posicionados como fontes de dados, enquanto outros concentram a autoridade interpretativa e a legitimidade científica. Avaliadores de grupos minorizados frequentemente não são reconhecidos em seus saberes ou sequer convidados a compor processos avaliativos, mantendo-se um circuito restrito de produção e validação do conhecimento. Esse arranjo está longe de ser neutro. Ele reflete e reproduz estruturas históricas de poder (Bento, 2022; Carneiro, 2023). A ausência da lente de equidade racial e da decolonialidade sustenta práticas excludentes e epistemicidas, nas quais teorias, experiências e formas de conhecimento do Sul global são invisibilizadas ou deslegitimadas.

As disputas de poder que atravessam o campo, ainda fortemente ancoradas em uma racionalidade moderna, utilitarista e marcada por fraturas raciais e sociais, não produzem espaço para que avaliadores(as) de grupos minorizados sejam plenamente sujeitos produtores de conhecimento, seja na posição de avaliadores(as) ou como avaliados(as). E isto impõe ao campo a urgência de revisar seus paradigmas, deslocar suas bases epistemológicas e reconfigurar suas práticas.

É nesse contexto que a equidade racial e a decolonialidade se colocam como fundamentos ético-políticos para reimaginar as avaliações. O conceito de decolonialidade emerge a partir de intelectuais latino-americanos como Aníbal Quijano (2009), Walter D Mignolo (2020), Nelson Maldonado-Torres (2007) e Catherine Walsh (2017), como uma crítica às continuidades do colonialismo no mundo contemporâneo, mesmo após os processos formais de independência. A decolonialidade surge como crítica a persistência da colonialidade, isto é, de estruturas de poder, saber e ser que seguem organizando a sociedade a partir de hierarquias raciais, econômicas e epistêmicas. Nesse marco, a noção de “raça” assume centralidade, sendo compreendida como uma construção social que estrutura relações político-econômico-culturais desde a constituição da modernidade, operando como eixo de classificação e opressão.

Ao romper com a ideia de neutralidade, a perspectiva decolonial evidencia que avaliar é também produzir sentidos, hierarquias e legitimidades. Nessa direção, como afirmado pelo *Manifesto Lente Preta* (Santos et al., 2022), as avaliações precisam se comprometer com processos de reparação, e não seguir operando em lógicas que reafirmam o contrato racial, conforme proposto por Charles Mills (1997), permanecendo alheias às relações raciais que as atravessam e, ao mesmo tempo, as estruturam, contribuindo para a reprodução de desigualdades, opressões e explorações de grupos minorizados segundo sua raça, cor e etnia. Neste sentido, a equidade racial surge como uma dimensão importante para pensar as transformações neste campo, contribuindo para ampliar o reconhecimento, a visibilidade, as oportunidades e a legitimidade das epistemes e experiências desses grupos.

Nos últimos anos no Brasil houve a publicação de documentos e reflexões que vêm tensionando e ampliando o debate sobre equidade racial no campo da avaliação. Destacam-se iniciativas como o *Manifesto Lente Preta* (2022), que explicita a centralidade do racismo estrutural nas práticas avaliativas, as produções do GIFE, como a nota técnica *Avaliação e Equidade* (Cirillo, 2020), que aproximam a equidade das agendas do investimento social privado, além de artigos e ensaios publicados em espaços como SSIR Brasil, Nexo Políticas Públicas e periódicos científicos (Lima & Gussi, 2022; Freitas & Silva, 2024; 2025; Gussi, 2025), promovendo debates relevantes para o avanço do campo avaliativo em direção a equidade racial e decolonialidade.

Como discutido ao longo deste número e também na entrevista com Jara Dean-Coffey presente nesta edição, a avaliação precisa deixar de ser compreendida apenas como um exercício técnico e passar a ser reconhecida como um processo profundamente humano, relacional e político, no qual cuidado, posicionalidade e co-criação de conhecimento são centrais.

Nesta edição, a RBAVAL seus editores e parceiros (Fundação Tide Setúbal, Imaginable Futures, Fundação Roberto Marinho, PACTO Organizações Regenerativas e Gife), tem a honra e a alegria de apresentar artigos que tratam da equidade étnico-racial e decolonialidade nas avaliações a partir de autores(as) e realidades múltiplas no território brasileiro. A edição é composta por este editorial, pela entrevista com Jara Dean-Coffey, uma das principais referências internacionais em avaliação equitativa, e por artigos que refletem uma diversidade de experiências nos campos da educação, saúde, psicologia, direito, políticas públicas, território, justiça social, práticas comunitárias, espiritualidade e reflexões sobre a própria prática avaliativa.



A produção deste número especial envolveu diferentes etapas, incluindo a divulgação do edital, a seleção de resumos com apoio de pareceristas, a realização de banca de heteroidentificação e o processo de avaliação por pares em sistema duplo cego. Neste processo, a dupla parecerista, conforme previsto em edital, foi composta por ao menos um especialista em avaliação e um especialista em relações raciais, refletindo o compromisso com ambos os campos de expertise. Contamos também com duas modalidades de submissão: uma com incentivo financeiro voltada à produção de artigos por autores(as) negros(as), indígenas e quilombolas, e outra, sem incentivo, aberta a todos os públicos.

A autodeclaração dos autores(as) nos permite localizar seus lugares epistemológicos, sociais, raciais e territoriais na composição dos textos, ao mesmo tempo em que contribui para que o campo avaliativo reconheça a pluralidade de trajetórias e potências científicas que o constituem. Com este número, buscamos também ampliar a visibilidade desses autores e autoras, fortalecendo seu reconhecimento no campo da avaliação.

As produções reunidas neste número contribuem para i) a valorização de epistemologias plurais; ii) a ampliação do que se entende por evidência e rigor; iii) a coparticipação e da redistribuição de poder, e iv) o reconhecimento da avaliação como espaço de produção de sentidos e não apenas de mensuração. A produção deste número também evidenciou desafios importantes. Entre eles, i) a necessidade de ampliar a compreensão da sociedade quanto ao propósito do campo avaliativo, ii) a dificuldade de sistematizar experiências que muitas vezes se dão em formatos não tradicionais e iii) as tensões inerentes à tentativa de deslocar paradigmas consolidados. Há ainda limites estruturais que atravessam o campo, como a validação e o reconhecimento de saberes não hegemônicos. Reconhecer esses limites é parte do processo de transformação.

Os artigos presentes neste número não se propõem a oferecer respostas fechadas, mas a abrir caminhos. Eles são um convite para que avaliadores(as), pesquisadores(as), financiadores(as), gestores(as) e comunidades se engajem na tarefa de reimaginar as avaliações a partir de perspectivas que reconheçam a complexidade das realidades e a centralidade da justiça social e racial.

A realização deste número especial somente foi possível em virtude do esforço e dedicação dos autores(as), pareceristas, integrantes da banca de heteroidentificação, equipe editorial da RBAVAL e parceiros apoiadores que reconheceram a relevância de fortalecer este debate. Registramos aqui nosso reconhecimento e agradecimento. Em um contexto de disputas e desafios para as agendas de equidade racial em nível global, que possamos seguir, coletivamente, reimaginando o campo avaliativo e colocando em prática as transformações que tanto desejamos.

Retomo, ao final, a imagem que abre este editorial. Se Èsù nos ensina sobre movimento, encruzilhada e transformação, talvez seja esse o lugar em que nos encontramos enquanto campo. Entre o que herdamos e o que queremos construir.

Que este número especial possa contribuir para deslocar certezas, ampliar horizontes e fortalecer práticas avaliativas comprometidas com a equidade étnico-racial e a pluralidade de saberes, reafirmando a centralidade dessas agendas na produção de análises que reconheçam as desigualdades e valorizem múltiplas formas de produzir e legitimar conhecimento no campo avaliativo.

Fonte de financiamento

Não há.

Conflito de interesse

Não há.

Agradecimentos

Agradeço aos autores(as), pareceristas, integrantes da banca de heteroidentificação, comissão editorial da RBAVAL e parceiros apoiadores pela dedicação, confiança e compromisso na construção deste número especial.



Referências

- Bento, Cida. (2022). O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras.
- Carneiro, Sueli. (2023). Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar.
- Cirillo, Camila. (2020). Avaliação e equidade (Notas Técnicas, No. 3). São Paulo: GIFE.
- Freitas, Rayane, & Silva, Rogério. (2024). Por que racializar o pensamento e a prática da avaliação de programas sociais e políticas públicas. São Paulo: Stanford Social Innovation Review. Recuperado em 03 de junho de 2026, de <https://ssir.com.br/por-que-racializar-o-pensamento-e-a-pratica-da-avaliacao-de-programas-sociais-e-politicas-publicas/>
- Freitas, Rayane, & Silva, Rogério. (2025, Fevereiro 17). Por que as avaliações ainda provocam tanta insegurança nas organizações. *Nexo Políticas Públicas*. Recuperado em 03 de junho de 2026, de <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2025/02/17/por-que-as-avaliacoes-ainda-provocam-tanta-inseguranca-nas-organizacoes>
- Gussi, Alcides Fernando. (2025). Contribuições para a construção de enfoques contra-hegemônicos e decoloniais de avaliação a partir da América Latina e Caribe. *Revista Estado y Políticas Públicas*, (25), 77-94.
- Lima, Francisco Anderson Carvalho de, & Gussi, Alcides Fernando. (2022). Pode o subalterno avaliar? Possibilidades de um giro contra-hegemônico como opção decolonial no campo da avaliação de políticas públicas. *Revista Aval*, 6(20), 10-35. <https://doi.org/10.36517/aval.v6i20.78502>
- Maldonado-Torres, Nelson. (2007). Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In Santiago Castro-Gómez, & Ramón Grosfoguel (Org.), *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 127-167). Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- Mignolo, Walter D. (2020). A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. *Revista Lusófona de Educação*, (48), 187-224. <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle48.12>
- Mills, Charles W. (1997). *The racial contract*. Ithaca: Cornell University Press.
- Quijano, Aníbal. (2009). Colonialidade do poder e classificação social. In Boaventura Sousa Santos, & Maria Paula Meneses (Eds.), *Epistemologias do Sul* (pp. 73-118). Coimbra: CES.
- Sampaio, Rafael, Sabbatini, Marcelo, & Limongi, Ricardo. (2024). Diretrizes para o uso ético e responsável da inteligência artificial generativa: um guia prático para pesquisadores. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Recuperado em 03 de junho de 2026, de <https://prpg.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/10/2025/01/livro-diretrizes-ia-1.pdf>
- Santos, Diana Mendes dos, Valadares, Kleber, Braz, Marcia Malaquias, Oliveira, Nilson Vieira, & Tiburcio, Walquiria. (2022). Lente preta – Avaliação e equidade racial: Manifesto por uma avaliação antirracista. *Revista Brasileira de Avaliação*, 11(1), e110222. <https://doi.org/10.4322/rbaval202211002>
- Walsh, Catherine. (2017). Introducción: lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. In Catherine Walsh (Org.), *Pedagogías decoloniales* (Tomo 1, pp. 23-68). Quito: Ediciones Abya-Yala.